



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## UM DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE A ACADEMIA E AS ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE CONCEPÇÕES POLÍTICAS

Autor: Adriel Rodrigues do Nascimento; Co-autor: Joais Martins Silva

Universidade Federal de Pernambuco

adrielrodrigues.89@outlook.com; joais\_martins@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem a finalidade de discutir sobre a relevância do diálogo entre a universidade e as escolas públicas, a partir da temática de concepções políticas nas vertentes democráticas e autoritárias, a exemplo dessa última o Golpe Militar de 1964 no Brasil. Para tanto, realizamos esse exercício de pesquisa mediados pelo projeto de pesquisa com características de extensão intitulado: O Observatório vai à Escola. Obtivemos como lente teórica Freire (1983), o qual trata acerca do diálogo de forma não colonizadora; e Graciani (2005), que discute a respeito dos conhecimentos prévios dos(as) alunos(as). Como instrumentos metodológicos, nos utilizamos da observação participante, conversas informais e questionário. A discussão dos dados se deu a partir das respostas obtidas dos sujeitos-estudantes (no total três deles), todas mulheres que denominamos de Bia, Elize, Nina. Nossas conclusões parciais apontam que, é possível sim a academia discutir com estudantes de escolas públicas acerca de temáticas aparentemente “difíceis” e na maioria das vezes se limita ao campo acadêmico. No mais, são essas nossas impressões, reconhecendo que elas não se findam com este trabalho, logo, seu entendimento é parcial o que permite ser futuramente ampliado.

**Palavras-chaves:** Projeto de Extensão, Concepções políticas, Golpe militar, Movimentos Sociais.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva discutir sobre a relevância do diálogo entre a universidade e as escolas públicas. Desse modo, mediatizados pelo projeto de pesquisa com características de extensão intitulado: O Observatório vai à Escola, que tem a preocupação de discutir junto a estas instituições escolares, determinadas temáticas que normalmente são pouco tratadas ou simplesmente ignoradas nesse espaço de formação. O projeto do qual mencionamos anteriormente trata-se de uma vertente do Observatório dos Movimentos sociais na América Latina da Universidade Federal de Pernambuco Campus do Agreste na Cidade de Caruaru – PE que conforme nos postula Lage (2013) consiste,

[...] num projeto que agrega movimentos sociais, projetos sociais e funciona como espaço de diálogo e articulação. Trata-se de uma estrutura de extensão, pesquisa e ensino, inter e transdisciplinar que tem por temática central os



processos de luta, resistência e organização da sociedade civil, com foco principal nos movimentos sociais, sua dimensão educativa e sua contribuição para a democratização da sociedade (p. 09).

E é por isso mesmo que se faz necessária a nossa tentativa de atenuar a disparidade entre a academia e particularmente a escolas públicas através do diálogo, de modo que a nossa prática enquanto universitários não se deixe seduzir pelo status que por vezes justifica a arrogância daquele (a) que se acha no direito de querer saber mais, em detrimento das limitações daqueles (as) que se “convenceram” de que nada sabem.

Em frente ao atual cenário político do nosso país, isto é, o desejo pela a reimplantação do regime militar para a governança do Brasil. Consideramos, que a escola também desenvolve um papel fundamental na problematização dessas questões, e foi por esse motivo que nos sentimos instigados a verificar a dinâmica dessas discussões nesses espaços.

Diante disso, tivemos como base as nossas observações vivenciadas em uma sala de aula especificamente do 3º ano do ensino médio em uma escola da rede Estadual, localizada em um bairro popular na cidade de Caruaru - PE, a fim de que pudéssemos dialogar com os(as) estudantes sem o sentimento histórico de hierarquização, a nossa conversa se deu numa perspectiva horizontal no sentido de que todos(as) os(as) estudantes ou a maioria deles(as) tivessem a possibilidade de participar a partir dos seus próprios conhecimentos acerca da política brasileira.

É nessa perspectiva de valorização do (a) outro (a) que se faz necessário o respeito recíproco de quem fala e de quem escuta para que este não se convença de que aquele, o que fala, saiba mais. Daí o silenciamento dos que escutam na medida em que não compreendem que:

toda invasão sugere, Obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação. As relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias, situam seus polos em posições antagônicas (FREIRE, 1983, p. 26).

Em frente disso, a nossa compreensão acerca da importância do diálogo parte das contribuições tratadas por Paulo freire, em sua obra extensão ou comunicação, na qual o autor



trata sobre a relação entre o agrônomo e os lavradores de modo que estes não apenas aprendem, logo, aqueles os agrônomos, não apenas ensinam assim, ambos aprendem e ensinam reciprocamente.

Isto significa dizer que nos tornamos incapazes de desvelar essas questões quando não temos humildade. E talvez, seja por esse motivo que grande parte das instituições educativas se desumanizaram ao invés de Pedagogizar os conhecimentos estes se burocratizaram, assim como determinados instrumentos de avaliação conquistaram um grande espaço principalmente no âmbito educacional ao desenvolver o seu papel meramente punitivo em função da manutenção de certas políticas governamentais.

Contrária a essa direção, entendemos que a educação é um processo formativo e político; é formativo porque a finalidade do processo educativo é formar em lugar de treinar, pois quem treina coisifica o sujeito como mero objeto ao contrário de quem forma, pois contribui para a construção crítica dos seus conhecimentos.

Por outro lado, o processo educativo é também político o que não significa que o processo formativo neutralize o político e vice versa, estes acontecem híbridos dentro de suas especificidades. Logo a educação é um ato político de modo que os sujeitos se sintam inseridos no mundo no sentido de se perceberem enquanto construtores da realidade e da sua própria história.

Nessa direção lançamos o seguinte questionamento: É possível discutir sobre concepções políticas e movimentos sociais com ênfase no Golpe Militar de 1964 no Brasil em escolas públicas?

Levando em consideração a relevância da problematização acerca da atual conjuntura política nacional, pensamos elencar os seguintes objetivos para nortear a nossa discussão:

**Objetivo Geral:** Discutir sobre concepções políticas e movimentos sociais com ênfase no Golpe Militar de 1964 no Brasil;

**Objetivo específico 1:** Apresentar os conhecimentos prévios dos(as) estudantes acerca da temática;

**Objetivo específico 2:** Dar a conhecer sobre a importância dos movimentos sociais na configuração e reconfiguração da sociedade;



**Objetivo específico 3:** Identificar relações e diferenças na percepção dos(as) estudantes sobre as manifestações ocorridas em Junho de 2013 e Abril de 2015.

## **A ESCOLA E O SEU CONTEXTO SÓCIO ECONÔMICO**

Trata-se de uma escola pública que fica localizada em um bairro popular da cidade de Caruaru-PE, oferece a modalidade do 1º ao 3º ano do ensino médio, atende a aproximadamente 1.054 estudantes tanto da cidade quanto do campo. Segundo informações obtidas pela bibliotecária da instituição, a maioria dos(as) alunos(as) estudam no turno da noite porque precisam trabalhar durante o dia, sobre os(as) estudantes(as) que frequentam o turno da manhã e da tarde a maioria são oriundos(as) de classe popular e dependem da renda familiar para permanecerem estudando nesses respectivos horários.

A escola é ampla de modo que possibilita a acomodação de um grande número de estudantes sem que estes se sintam desconfortáveis, a estrutura física da instituição é antiga, existem portas quebradas, que segundo a nossa entrevistada seriam arrombamentos. Algo que nos chamou bastante a atenção foi uma sala com uma placa na porta indicando que seria o grêmio estudantil que atualmente está inativo, em uma conversa antes desse momento, o gestor da escola havia nos informado sobre a existência dessa sala e que o grêmio deveria ser uma iniciativa dos(as) próprios estudantes.

## **DIALOGANDO COM OS TEÓRICOS**

Para darmos conta das discussões ressaltadas nesse texto, inicialmente buscamos entender a diferença entre extensão e comunicação a fim de não deixar se perder pelo discurso da colonização libertária. Isto significa dizer que por vezes há uma certa arrogância no discurso de alguns estudantes universitários e é por isso mesmo incólumes não aceitam divergências por “transportarem” a solução dos problemas. Se por um lado essa ideia alimenta a falsa sensação de solidariedade de quem fala a alguém, por outro lado opacisa o autoritarismo que se esconde por detrás de uma violência simbólica entre sujeitos que falam para outros que apenas escutam. Sendo assim:

todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguístico [...]O sujeito pensante não pode pensar



sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário. Esta co-participação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. (FREIRE, 1983, p.44 e 45).

É nesse sentido que o diálogo precede o ato de pensar, pois quem dialoga abre possibilidades de compreender melhor a dinâmica de um determinado contexto/realidade. Por outro lado, quem não está disponível ao diálogo ao invés de pensar com outras pessoas, autoritariamente pensa para elas.

Para isso é necessário reinventar a sala de aula no sentido de pensar a partir do que os(as) estudantes pensam, isto não significa dizer que a construção dos conhecimentos comecem e terminem nessa etapa do processo, de modo que esse momento seja a antecipação da sistematização dos conhecimentos. Nesta direção Graciani (2005) afirma que:

a partir da experiência de vida e do saber já acumulado, das crianças e jovens de rua, cada um tem alguma coisa a contribuir para o esclarecimento dos assuntos. Dentro dos próprios grupos populares, um questiona, o outro complementa, diverge... O importante é que o conhecimento nasça da experiência de vida e de luta de cada um e volte a essa experiência para reforça-la (p. 29).

Diante do exposto, percebemos que o público alvo da autora, se refere às crianças em situação de rua que adquiriram suas experiências a partir das mais variadas situações, é nesse viés de raciocínio que os(as) estudantes das classes populares também adquirem os seus conhecimentos através da família, das tradições culturais, dos costumes, das mídias (que nem sempre é a melhor opção), além da própria convivência com os mais diversos grupos e contextos sociais.

## **METODOLOGIA**

Para este estudo obtivemos como principal “instrumento” de investigação a observação participante a fim de que pudéssemos conhecer de perto a realidade do campo estudado bem como certos comportamentos, silenciamentos, falas, de modo que, ao pensar com essas pessoas é necessário mergulhar em seu espaço não como um invasor, mas procurar



sentir o movimento desses espaços como os próprios(as) sujeitos(as) sentem. Diante disso Lage (2013) trata que:

A observação participante é uma técnica para o trabalho de campo que proporciona grande aproximação com a realidade sociológica. De fato, o estar no campo proporciona muitas oportunidades de aprendizagem, de novas compreensões e permite, essencialmente, ao pesquisador(a) entrar em contato com a realidade, que está à mão numa imensa variedade de possibilidades de interações, articulações e também contradições (p. 59).

Além da observação participante, utilizamos o diário de campo o qual registrávamos momentos rotineiros ou não. Esse instrumento foi bastante importante, por que ele nos permite resgatar memórias do visto e vivido, de modo, que esses dados registrados não nos faz perder memórias de momentos importantes (LAGE, 2013).

Tivemos também conversas informais, as quais possibilitaram um contato menos “engessado” com os nossos sujeitos desse exercício de pesquisa. Conversas as quais permitiram que sugestões adviessem do gestor escolar, no intuito de contribuir para o desenvolvimento de nossas atividades e foi em uma dessas conversas com tal, que o mesmo expôs a necessidade e importância de discutir junto aos alunos(as) temáticas acerca do atual contexto político brasileiro que recebemos a sugestão de tratar esse assunto como uma possível temática proposta de redação do vestibular tendo em vista que os(as) estudantes de certa forma são “treinados” para esse momento. De tal modo, que surgiu a oportunidade de contribuir não apenas para o “treinamento” em redigir o texto de redação, mas principalmente na formação política desses(as) estudantes.

E ainda utilizamos o questionário com perguntas abertas. Uma vez que, as perguntas abertas possibilitam maior envolvimento do sujeito em responder aquilo que se questiona, em outras palavras deixamos o individuo investigado em uma situação de conforto no sentido de permiti que ele fale de forma espontânea, ou como fala Lakatos e Marconi (2010), em dizer que essas perguntas se caracterizam como “chamadas livres ou não limitadas, são as que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões” (p. 187). Portanto, é sobre esse viés da liberdade de expressão que buscamos obter as respostas sobre aquilo que investigamos.





## É LENDO O CONTEXTO QUE SE COMPREENDE O TEXTO

Nessa parte do trabalho buscaremos trazer o discurso dos sujeitos-participes que respondem as questões elaboradas por nós, com a finalidade de por sua vez responder aos nossos objetivos específicos, logo, ao objetivo geral.

Nesse sentido, lançamos o seguinte questionamento à Bia, Elize, Nina: **Você já ouviu falar na Ditadura Militar no Brasil? Onde/através de quê/quem?**

Os sujeitos nos responderam:

**Bia:** sim, no colégio, através da professora Albany [...]; **Elize:** já ouvi falar na escola, inclusive já estudei na oitava série, porém não profundamente [...]; **Nina:** já ouvi falar na escola, mas não conhecia profundamente, sobre o assunto, mas já tive curiosidade de conhecer profundamente (QUESTIONÁRIO, 12 de junho de 2015).

Quando elaboramos essa pergunta, queríamos realizar uma espécie de sondagem temática a fim de que pudéssemos partir do conhecimento dos(as) estudantes especificamente no que diz respeito as concepções políticas autoritárias a partir do contexto histórico e político que se deu na Ditadura Militar no Brasil em 1964.

Embora as participantes anteriormente mencionadas explicitem em suas respostas que já ouviram falar sobre o Golpe de 1964, também declaram o seu desejo em aprofundar sobre esse assunto. Desse modo, considerar as expectativas dos(as) estudantes significa levar em conta as suas sugestões, bem como as suas angústias diante dos contrastes da sua realidade que por vezes coincide com as discussões promovidas no âmbito escolar. Isso de certa maneira aponta para o que postula Souza ao tratar que:

o nosso enriquecimento cultural depende da compreensão mais consistente da cultura, de suas ambiguidades e de suas possibilidades. Por isso, se assumirmos a proposta de que os conteúdos educativos são a construção da compreensão, da interpretação, da explicação da realidade natural e cultural, de suas contradições, ambiguidades, conflitos e possibilidades, temos um horizonte (SOUZA, 2009:91).

Diante do exposto é que se faz necessário para nós enquanto estudantes universitários em exercício da docência entender que o conhecimento se dá na medida em que este está



ancorado em uma realidade. Daí que compreender o contexto não apenas resulta na sua sistematização escrita, mas na ação transformadora de que outra realidade é possível.

Talvez seja por essa superficialidade nas informações perpassada pela maioria das escolas, que atualmente muitas pessoas (inclusive docentes) por falta de conhecimento ou de bom senso, contribuem significativamente na veiculação acerca da reimplantação de uma “intervenção” Militar. Desse modo, se por um lado a história propriamente dita é opacizada, por outro incute a ideia de que o autoritarismo é a melhor opção, sobretudo na resolução de problemas decorrentes.

Na sequência questionamos: **Como você percebe a importância da atuação dos Movimentos Sociais durante o período da ditadura?**

Obtemos as seguintes respostas:

**Bia:** os movimentos sociais são essenciais para a população, pois lutam pelos seus direitos [...]; **Eliza:** realmente esses movimentos foram e são importantes, pois é através deles que podemos mudar as situações e é através da população que se mobiliza para que isso aconteça. Na ditadura foram importantes para tirar os militares do poder e acabar com o poder autoritário que eles emitiam no país em 1964 e nos dias de hoje é importante também, pois é através dessas manifestações que podemos mudar a situação do nosso país em diversos aspectos: saúde, educação, infraestrutura, cidadania e etc [...]; **Nina:** ela foi importante para ajudar a tirar a ditadura do poder para governar, e a melhorar o mundo, com os movimentos tivemos mais direito de escolher, de falar, de se expressar, o que queremos falar (QUESTIONÁRIO, 12 de junho de 2015).

Percebemos nas entrelinhas das falas, alguns aspectos relevantes ao se referirem aos movimentos sociais, os quais podemos citar: 1) os movimentos sociais como essenciais e/ou importantes para conquistas de direitos; 2) como instrumento capaz de contribuir para restauração de uma democracia, a exemplo do que houve na ditadura militar na história recente do Brasil.

Quando os sujeitos colocam frases referindo-se aos movimentos sociais, como: “são essenciais para a população, pois lutam pelos seus direitos”, “é através dessas manifestações que podemos mudar a situação do nosso país em diversos aspectos: saúde, educação, infraestrutura, cidadania e etc” e “a melhorar o mundo”. Pode-se ser entendido, como uma possibilidade de garantir que, aqueles direitos e/ou serviços que muitas vezes não chegam à população sejam assim reivindicados por esses movimentos existentes, portanto, garantidos





por meio da pressão. É como se para elas, esses grupos organizados, emanassem para as instâncias superiores governamentais os anseios da população, logo, do desejo que direitos sejam respeitados, em especial, no que diz respeito serviços essenciais como colocado por uma delas ao falar de elementos como à educação, saúde e entre outros.

Por isso, que para elas palavras tais como *importância* e *essenciais* (grifo nosso) se traduzem na possibilidade de conquistar algo necessário e importante para o exercício da cidadania. E pensamos que, essa forma de pensar acerca dos movimentos sociais é coerente, pois na década de 1980 eles tiveram uma grande influência do percurso social e histórico do mundo, pois com ajuda de tais foi possível realizar grandes conquistas, por isso mesmo é que Boaventura (2001) diz que essa década, “foi a década dos movimentos sociais e da democracia” (p. 18). Que iremos tratar a seguir.

O segundo aspecto que Bia, Eliza e Nina apontam é de os grupos sociais organizados serem entendidos como instrumentos capazes de modificar um sistema político, especificamente, como uma via de se restaurar a democracia. Isso fica claro, quando elas colocam que os movimentos sociais deram sua contribuição para que a ditadura militar que se instaurou no Brasil na segunda metade do século XX fosse retirada do espaço da governabilidade do país.

De fato, partilhamos com o que pensa esses sujeitos questionados, uma vez que para nós a participação popular é essencial para que um sistema de governo marcado pela opressão física e simbólica, efetivamente “caia” desse espaço de poder. Essa participação é um elemento importante para que em democracia ela se concretize para que se possa ‘falar’, ‘expressar’, logo, não se calar. Nesse sentido Bobbio (1986), diz “é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc [...]” (p.20). Sabemos que, os movimentos sociais tem em sua ideologia o direito a liberdade em sua amplitude, e esse aspecto lança base para que esses sejam compreendidos como instrumentos capazes de lutar pela democracia.

Por fim, perguntamos: **Qual a relação/diferença existente entre as manifestações de junho de 2013 e as manifestações de janeiro/abril de 2015? Como se configura a força dos movimentos sociais nesses contextos?**



Vejam as respostas:

**Bia:** é que as manifestações de 2013 foi com o objetivo da passagem dos ônibus. Os movimentos sociais foram essenciais para que algumas pessoas saíssem à rua para correr atrás dos seus direitos [...]; **Elize:** antes as manifestações procuraram lutar contra o aumento da passagem de ônibus. Já nos dias de hoje existem vários tipos de protesto, podemos ver protesto em que as pessoas querem tirar a presidenta do poder, professores e policiais de greve, etc [...]; **Nina:** eles lutaram por seus direitos, pelo aumento do custo da passagem, não só por isso, mas pela educação que todos os jovens, adultos e crianças estavam então precisando. Nosso país principalmente está passando por uma crise, que nós jovens não imaginaria passar, a nossa educação. Assim, os movimentos sociais se encaixam perfeitamente, pois eles estão à luta, por nossos direitos. Assim como nós, não podemos ficar calados, quando podemos reivindicar os nossos direitos. Os movimentos sociais nos ajudam a falar para reivindicar os nossos direitos para conseguirmos o que queremos. Por isso, que ocorrem as manifestações. (QUESTIONÁRIO, 12 de junho de 2015).

No que tange aos anunciados das respostas a terceira e última pergunta, é possível perceber que as questionadas dão maior foco a dois fatos: 1) ao aumento das passagens nas manifestações de 2013; 2) ao eventual *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff nas manifestações de 2015.

A partir desses anunciados, os mesmos apontam para uma dificuldade dos indivíduos em buscar, além da diferenciação, relações mais profundas entre as duas manifestações, e mais ainda com o tema que estávamos dialogando, isto é, sobre a ditadura militar brasileira.

. Pensamos que essa dificuldade de realizar relações profundas (no caso aqui históricas), de certo modo, tem a ver com algo que Boaventura (2001), falando sobre democracia chama de patologia da participação, a qual ele entende que vem “sob a forma do conformismo, do abstencionismo e da *apatia política*” (grifo nosso) (p. 21). Isto é, vivemos na contemporaneidade de maneira pouco interessada em assuntos políticos, inclusive na própria escola. Pois, em algumas das respostas, por exemplo, a ditadura foi um assunto estudado, mas não de forma profunda, de certa maneira é como se o estudante questionado estivesse nos dizendo assim: nós estudamos, porém não conseguimos compreender claramente acerca disso, porque não nos foi dado suporte teórico suficiente e/ou esse tema foi pouco problematizado.

Portanto, pensamos que se faz necessário criarmos a cultura da participação, problematizarmos cada vez mais com nossos estudantes acerca dessas temáticas. Não só como



uma forma de aproximá-los de assuntos pouco discutidos, mas como uma forma de despertar neles uma “visão aguçada”, ou seja, ajudá-los a perceber quais grupos têm na sua agenda os interesses sociais (coletivo) daqueles que têm anseios de questões particulares, para que eles e nós não caíamos mais em uma governança cruel e sangrenta.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Retomando a pergunta inicial que provocou à realizar esse exercício de pesquisa – a qual foi: É possível discutir sobre concepções políticas e movimentos sociais com ênfase no Golpe Militar de 1964 no Brasil em escolas públicas?

Primeiramente gostaríamos de frisar o respeito pelos conhecimentos dos(as) alunos(as) assim como também as suas limitações na medida em que juntamente com estes(as) nós que também somos estudantes em exercício da docência pudéssemos superá-las.

Em vista disso, problematizar determinadas temáticas no âmbito da escola não se torna apenas possível como necessárias ainda mais quando essas discussões convergem com os acontecimentos e interesses da coletividade. É por isso mesmo que situar os discursos em um determinado contexto que mesmo estando condicionado não é estático pelo o fato de sermos sujeitos transformadores, logo construtores de nossa própria realidade.

Diante dessa experiência podemos afirmar, e nessa afirmação responder nossa inquietação, que é possível sim a academia discutir com estudantes de escolas públicas acerca de temáticas aparentemente “difíceis” e muitas vezes restritas ao campo acadêmico. E temos, essa impressão a partir das respostas obtidas com nosso questionário, uma vez que em menor ou maior grau os estudantes conseguiram de sua forma: apresentar os conhecimentos prévios sobre o tema; dar a conhecer sobre a importância dos movimentos sociais na configuração e reconfiguração da sociedade; bem como eles (estudantes) conseguiram identificar relações e diferenças nas manifestações ocorridas em Junho de 2013 e Abril de 2015, os quais eram nossos objetivos específicos.

Para terminar, gostaríamos de evidenciar as nossas impressões acerca dessa experiência não no sentido de prescrever aqui um modelo a ser aplicado em qualquer ambiente até porque isso não seria possível. Contudo, diante dela constatamos a possibilidade de aproximar a academia aos “n’s” espaços da sociedade e particularmente as escolas não na direção da colonização epistêmica, mas na perspectiva dialógica. No mais, são essas nossas



impressões, reconhecendo que elas não se findam com este trabalho, logo, seu entendimento é parcial o que permite ser futuramente ampliado.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida/ Maria Stela Santos Gracini; / prefácio Moacir Gadoti/. 5. Ed.- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais**: caminhos para uma pedagogia de luta/ Allene Lage. – Recife: ed. Universitária da UFPE, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOUZA, João Francisco de. **Prática pedagógica e formação de professores**. Organizadores: José Batista Neto e Eliete Santiago. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2009.